



2º Simulado Especial

TRF 6

Cargo 25: Técnico Judiciário – Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRF-6 (Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/XAgeSV7uucoEjMaQ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/YXrK>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Perguntaram-me uma vez se eu saberia calcular o Brasil daqui a vinte e cinco anos. Nem daqui a vinte e cinco minutos, quanto mais vinte e cinco anos. Mas a impressão-desejo é a de que num futuro não muito remoto talvez compreendamos que os movimentos caóticos atuais já eram os primeiros passos afinando-se e orquestrando-se para uma situação econômica mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança. E isso porque o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política do que a grande maioria dos políticos, e é quem um dia terminará liderando os líderes. Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.

Mas se não sei prever, posso pelo menos desejar. Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer.

LISPECTOR, C. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 33.

Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto, julgue os itens que se seguem.

01. O maior desejo da autora é a eliminação da fome no Brasil

02. Infere-se da leitura do texto que, daqui a vinte e cinco anos, os líderes podem ser liderados pelo povo.

03. No trecho “quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro” (2º parágrafo) o pronome “se” indica que o sujeito dessa forma verbal é indeterminado.

04. A correção gramatical e o sentido do texto “Daqui a vinte e cinco anos” seriam mantidas se a expressão “e isso porque”, no trecho “**E isso porque** o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política” (1º parágrafo) fosse substituído por **de modo que**.

05. No trecho “Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.” (1º parágrafo), com o emprego da locução verbal “terá falado” exprime-se a anterioridade de uma ação em relação a outra no passado.

06. Uma forma correta de reescrita do trecho “Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar” (2º parágrafo) é a seguinte: **Entretanto, muitíssimo mais depressa do que em vinte e cinco anos, afinal, não há mais tempo de esperar.**

07. A autora emprega recursos do tipo textual dissertativo-argumentativo para explicar o problema da fome no Brasil

08. O vocábulo “que”, no trecho “Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública.” (2º parágrafo), inicia uma oração com ideia de consequência.

Acerca de aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

09. Está correta a concordância em “A maior parte dos candidatos foi aprovada”.
10. Em “**Para** os pais, ele continuava sendo uma criança”, o conectivo destacado traz ideia de finalidade.
11. Os sentidos e a correção gramatical do trecho seriam preservados caso o trecho “estar ligado a sintomas” fosse reescrito da seguinte forma: **estar relacionado à sintomas**.
12. No trecho “A verdade do que se anunciara”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
13. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido restritivo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
14. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, poderia ser reescrita, sem alteração de sentido, da seguinte forma: **Todos querem que as oportunidades sejam principalmente mais iguais**.
15. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, o vocábulo “que” introduz uma oração com valor substantivo.
16. Em “nomes de atores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida somente com o termo “equipes”.
17. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** manteria a correção gramatical.
18. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
19. Em “A violência a que a população está submetida afasta o turismo”, o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “submetida”.
20. No trecho “A vida, esse emaranhado de curvas e retas, proporciona ótimas histórias”, as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, mantendo a correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

21. O servidor público pode omitir ou alterar informações caso isso seja necessário para proteger os interesses da Administração Pública ou evitar conflitos com a sociedade.
22. A cortesia, o cuidado e o zelo no serviço público são dispensáveis, uma vez que a eficiência do servidor não depende de boas práticas de atendimento e sim exclusivamente do cumprimento legal de suas funções.
23. A solidariedade não pode se sobrepor à ética e à responsabilidade de zelar pela legalidade e moralidade no serviço público.

24. A lei é um conjunto de normas impostas pelo Estado, enquanto a ética é uma construção de valores morais e sociais que orientam a conduta humana.

25. Entender as diferenças existentes entre os dilemas éticos e práticas violentas, que infelizmente permeiam as organizações, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do pluralismo e da diversidade que se deseja, bem como dos esforços que devem ser despendidos para minimizar práticas nocivas às pessoas e às organizações.

Assim, a atitude de um superior, que adota como rotina não repassar o trabalho a uma funcionária, gerando sentimento de inutilidade, como também, com a mesma frequência, ignora sua presença ou a despreza, seja através de brincadeiras de mau gosto, deboche ou uso de palavras irônicas, caracteriza atitude antiética e assédio moral.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

Tendo por base a Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens 26 a 28 a seguir.

26. O ato de improbidade administrativa exige a comprovação da responsabilidade subjetiva dolosa.

27. A improbidade administrativa em atos que violam os princípios da administração pública somente será configurada quando for comprovado que o agente público, em sua conduta, teve a intenção de obter proveito ou benefício indevido para si, para terceiros ou para alguma entidade.

28. A prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração

pública pode resultar na proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios fiscais pelo prazo de até 12 anos.

29. No processo administrativo federal, veda-se a cobrança de encargos financeiros aos interessados, independentemente de eventual autorização legal que disponha em sentido contrário.

30. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias, salvo disposição legal diversa, sendo vedado efeito suspensivo aos recursos interpostos.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Eduardo Mocellin

Com relação a raciocínio analítico e argumentação, julgue os itens **31 a 38** a seguir:

31. A frase “Não posso beber álcool porque sou evangélico” constitui um argumento que tem uma premissa não formulada.

32. O raciocínio “Todo animal é um ser vivo. Logo, todo ser vivo é um animal” é válido.

33. O texto que se segue ilustra um raciocínio dedutivo.

“Na segunda-feira, ocorreu uma forte chuva e as principais avenidas da cidade ficaram congestionadas. Na quinta-feira, em uma manhã chuvosa, o trânsito ficou ainda mais caótico, com congestionamentos que pararam o fluxo de veículos em várias ruas centrais. No sábado, após uma leve chuva, o tráfego também ficou muito congestionado nas saídas da cidade. Logo, em dias chuvosos, o trânsito tende a ficar congestionado.”

34. O texto que se segue ilustra um raciocínio por indução.

“No último verão, uma plantação de girassóis em uma fazenda não floresceu como de costume. Os agricultores prepararam o solo com antecedência, usaram as mesmas sementes certificadas e os fertilizantes habituais, além de seguir o cronograma de irrigação regular. Apesar disso, muitos insetos foram vistos nas folhas e nos caules das plantas. Assim, é plausível supor que uma praga tenha prejudicado o cultivo.”

35. O argumento a seguir é uma falácia formal.

“Quem não tem cão, caça com gato.

Não caço com gato.

Logo, tenho cão.”

36. O diálogo a seguir apresenta um raciocínio falacioso.

- Deputado A: “Devemos aprovar essa lei agora. Se não fizermos isso, a vida de todos ficará ainda mais difícil com o agravamento da crise econômica.”

- Deputado B: “Concordo, se não agirmos imediatamente, as dificuldades só aumentarão.”

37. No texto a seguir, o raciocínio é baseado em uma falácia denominada falsa analogia.

“A empresa deveria adotar um sistema de monitoramento semelhante ao usado em escolas, onde professores estão sempre vigiando os alunos. Se esse tipo de controle funciona para manter a ordem nas escolas, certamente será eficaz para aumentar a produtividade e organização no ambiente de trabalho.”

38. No texto a seguir, tem-se um exemplo de apelo popular.

“Em uma reunião com os seus professores da escola, um aluno pediu a eles que fossem mais flexíveis com as suas avaliações, alegando que, sem boas

notas, ele perderia a chance de conquistar uma bolsa de estudos.”

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Lilian Novakoski

Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais e entendimentos do STF sobre a temática, julgue:

39. Os direitos humanos de segunda dimensão estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, visando atenuar as diferenças sociais.

40. Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.

41. Impor como legal o direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais, viola do direito de liberdade de expressão e informação.

Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, julgue as assertivas:

42. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e todos os direitos e liberdades estabelecidos na DUDH são universais e aplicam-se igualmente a todas as pessoas, sem distinção de raça, gênero, religião ou nacionalidade.

Sobre regras de acessibilidade e Direitos das Pessoas com deficiência, tendo por base as Leis 13.146/2015, Lei 10.98/2000 e 10.048/2000, julgue

- 43.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas, promovendo sua autonomia e inclusão.
- 44.** A Lei nº 10.048/2000 determina que a prioridade de atendimento deve ser garantida exclusivamente às pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção.
- 45.** Marilene, pessoa com deficiência, solicitou a disponibilização de tecnologia assistiva para que pudesse realizar suas atividades laborais, o que foi recusado por seu superior. Nesta situação hipotética, a simples recusa à oferta de adaptações razoáveis e de tecnologias assistivas à pessoa com deficiência é considerada discriminação.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

- 46.** No âmbito do TRF6, o julgamento de *habeas corpus*, recursos em *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção, conflitos de competência, exceções de impedimento e de suspeição e embargos de declaração independem de pauta.
- 47.** Conforme o Regimento Interno do TRF 6, ao Relator incumbe redigir o acórdão em caso de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, quando as suas razões forem adotadas pela maioria, ainda que não haja divergência quanto ao resultado do julgamento;

48. A 1ª Seção é especializada em matéria de previdência social e benefícios assistenciais, matéria penal, tributária, de improbidade administrativa, de servidores públicos e concursos públicos.

49. O Núcleo de Apoio ao Primeiro Grau e Projetos Especiais será coordenado pelo Vice-Presidente do Tribunal.

50. É incabível sustentação oral no julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS

Alexandre Herculano

Julgue os itens abaixo com base na Segurança de Dignitários, Análise de Risco e no Planejamento de Contingência.

- 51.** Na segurança de dignitários, a técnica de "formação em diamante" é mais eficaz em ambientes fechados do que em espaços abertos.
- 52.** O modus operandi de um agressor potencial nunca deve ser considerado no planejamento de segurança de um dignitário, pois cada situação é única.
- 53.** Na análise de riscos para segurança de dignitários, as ameaças potenciais são sempre mais importantes de serem avaliadas do que as vulnerabilidades existentes.

54. O método de análise de riscos conhecido como "Matriz de Probabilidade e Impacto" não é aplicável à segurança de dignitários.
55. Em um planejamento de contingências para segurança de dignitários, o componente "comunicação" é considerado opcional.
56. A tática de "varredura prévia" em um local onde um dignitário irá comparecer só é necessária se houver uma ameaça específica conhecida.
57. No manejo de emergências envolvendo dignitários, a prioridade máxima é sempre preservar a imagem pública do protegido.
58. A análise de riscos para segurança de dignitários deve considerar apenas ameaças de natureza física, excluindo riscos cibernéticos ou de reputação.
59. O planejamento de rotas alternativas é um componente dispensável no planejamento de contingências para segurança de dignitários.
60. Na segurança de dignitários, a técnica de "contravigilância" só deve ser empregada após a detecção de uma ameaça concreta.
61. A análise de riscos para segurança de dignitários deve ser realizada uma única vez e permanecer inalterada durante todo o período de proteção.
62. No planejamento de contingências, a simulação de cenários é uma prática desnecessária, pois cada situação de crise é única e imprevisível.
63. A técnica de "evacuação silenciosa" em segurança de dignitários envolve sempre o uso de sirenes e alarmes para garantir uma saída rápida.

64. Na operacionalização da segurança de dignitários, a formação da equipe deve priorizar apenas agentes com experiência em combate físico.
65. Os procedimentos emergenciais em segurança de dignitários devem ser padronizados e inflexíveis para garantir uma resposta consistente em todas as situações.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

66. No planejamento de segurança, a modularidade refere-se à capacidade de dividir o plano em partes independentes, mas interconectadas.
67. O faseamento no planejamento de segurança implica que todas as fases devem ser executadas simultaneamente para maior eficácia.
68. Sensores de movimento infravermelhos são ineficazes em ambientes com grandes variações de temperatura.
69. Sistemas de CFTV analógicos sempre oferecem melhor qualidade de imagem que sistemas digitais.
70. Na linguagem de inteligência, "conhecimento" e "informação" são termos intercambiáveis.
71. A coleta de dados abertos é sempre preferível à coleta de dados sigilosos na produção de inteligência.
72. Em negociações de conflitos, adotar uma postura inflexível é recomendado para demonstrar força.

- 73.** O plano específico na gestão de conflitos é desenvolvido apenas após o início da crise.
- 74.** Na defesa pessoal, técnicas de imobilização são mais importantes que técnicas de esquiva.
- 75.** O uso de extintores de água é adequado para todos os tipos de incêndios.
- 76.** Cercas elétricas de segurança devem ser configuradas para emitir choques letais para maior eficácia.
- 77.** Na linguagem de inteligência, "desinformação" refere-se a informações incompletas ou parciais.
- 78.** A metodologia de produção de conhecimentos em inteligência sempre segue uma sequência linear e invariável.
- 79.** Em gestão de conflitos, o uso de ultimatoss é uma técnica eficaz de negociação em todas as situações.
- 80.** O perímetro tático em uma situação de crise é estabelecido apenas para conter a ameaça.
- 82.** Pode-se utilizar da expressão "direitos humanos" como sinônima de "direitos fundamentais", são intercambiáveis, uma vez que não há nenhuma distinção de essencialidade formal entre elas, ambas se referem aos direitos protegidos pela Constituição de um país.
- 83.** A eficácia horizontal dos direitos humanos trata sobre a aplicação dos direitos humanos nas relações entre indivíduos, figura ao lado da eficácia vertical e prescinde de participação do Estado.
- 84.** Dentro da terceira geração de direitos humanos estão os direitos coletivos, de solidariedade, como o direito ao meio ambiente saudável, refletindo a necessidade de uma abordagem transindividual.
- 85.** Os tratados internacionais de direitos humanos quando não aprovados pelo quórum previsto para a aprovação de Emendas Constitucionais, atingem a natureza jurídica de leis ordinárias, assim como os demais tratados que versam sobre outras matérias.
- 86.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, os tratados internacionais de direitos humanos têm aplicação imediata, ou seja, podem ser aplicados diretamente pelos tribunais e juízes brasileiros, sem a necessidade de uma norma infraconstitucional que os regule.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

No que concerne à teoria geral dos direitos humanos, sobre conceito, terminologia, eficácia vertical e eficácia horizontal, características e gerações de direitos, julgue os itens seguintes.

- 81.** Os direitos humanos são um conjunto de direitos que visam garantir a dignidade da pessoa humana, independentemente de sua nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição.

- 87.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, possui caráter vinculante, tendo sido editada para obrigar os países integrantes da ONU a pactuarem pelo acordo de paz e cooperação.

88. A efetiva internacionalização dos direitos humanos com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobretudo porque em seu texto restou expresso, de forma originária, um sistema contendo mecanismos de implementação que permitem que indivíduos que sofram violações possam levar seus casos diretamente à ONU, gerando obrigações legais para os países violadores.

89. O Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana sobre Direitos Humanos, foi editado em 1969, mas começou a produzir seus efeitos no Brasil apenas em 1992.

90. O Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), em sua redação originária, concentrou-se exclusivamente em regular direitos civis e políticos, não abordando direitos econômicos, sociais e culturais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

91. Quanto aos elementos do fato típico no Direito Penal, julgue o próximo item.

São elementos do fato típico: conduta, resultado, nexos de causalidade, tipicidade e culpabilidade. Dessa forma, a ausência de qualquer desses elementos torna a conduta atípica para o Direito Penal, sendo possível, no entanto, sua avaliação por outros ramos do direito, configurando ilícito administrativo, por exemplo.

92. Em relação aos crimes em geral, julgue as assertivas a seguir.

Sendo o homicídio culposo, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço, se as consequências da

infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

93. Quanto aos crimes contra o patrimônio, analise a assertiva abaixo.

O crime de furto com emprego de explosivos é hediondo, enquanto o de roubo com emprego de explosivos não faz parte desse rol.

94. Julgue o item a seguir.

Aumenta-se a pena do delito de moeda falsa se o indivíduo, por conta própria, importa ou exporta a referida moeda falsa.

95. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

Praticar crime de facilitação de contrabando ou descaminho o funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

96. Julgue o item a seguir à luz das excludentes de ilicitude.

O agente de polícia que, após resistência do agente preso em flagrante, o algema e, por consequência do uso das algemas, gera lesão corporal no preso, não cometerá crime, pois está presente a exclusão da ilicitude do estado de necessidade.

97. A respeito da antijuridicidade e das causas de exclusão no direito penal, julgue o item a seguir.

De acordo com o Código Penal, o agente que tenha cometido excesso quando da análise das excludentes de ilicitudes será punido apenas se o tiver cometido dolosamente.

98. Julgue os itens a seguir com base no que dispõe o Código Penal Brasileiro.

A culpabilidade tem como elementos a imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e o nexo de causalidade.

99. Em relação a todos os crimes contra a dignidade sexual, inclusive o assédio sexual (art. 216-A do CP) e a importunação sexual (art. 215-A do CP), são de ação penal pública incondicionada, devendo haver a persecução penal, independentemente da manifestação de vontade da vítima.

100. Em relação ao tema concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

sua assinatura, entregando a ele cópia do termo e recibo de entrega do preso.

103. Assertiva: A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, cabendo, excepcionalmente, o emprego de videoconferência, mediante decisão da autoridade judiciária competente, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.

104. Assertiva: se o preso se recusar a assinar o auto de prisão em flagrante, caberá ao delegado, apenas, fazer constar tal informação no auto.

105. Assertiva: o exame de corpo de delito poderá ser dispensado pela autoridade policial, caso o preso confesse a prática do crime em sede policial.

106. Acerca do tema de provas, julgue o item a seguir: São consideradas inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras. Uma vez preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

107. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Nos termos do que dispõe o CPP, o agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá providenciar a imediata coleta e apreensão do elemento, de forma a evitar sua contaminação.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 101 a 105:

Situação hipotética: Juarez, Agente de Polícia Judicial da Justiça Federal, foi acionado pelo Diretor de Secretaria de uma das Varas Federais localizadas no Fórum, pois um cidadão, revoltado com a decisão desfavorável no processo, acabara de agredir o técnico judiciário que o havia atendido no balcão, lesionando-o gravemente. Juarez, então, imobilizou o agressor e deu voz de prisão em flagrante, conduzindo-o à presença da autoridade policial.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

101. Assertiva: no caso em tela, houve flagrante impróprio.

102. Assertiva: A autoridade policial ouvirá primeiramente o condutor e colherá, desde logo,

108. Acerca da prisão preventiva, julgue o item a seguir:

É cabível a decretação de prisão preventiva no caso de acusado pela prática de crime furto simples (reclusão de 01 a 04 anos e multa), ainda que primário.

109. Acerca fiança e da liberdade provisória, julgue o item a seguir:

A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração penal cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos, não sendo relevante se a infração foi cometida com violência ou grave ameaça.

110. Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, julgue o item a seguir:

O juiz poderá, excepcionalmente, decretar medida cautelar diversa da prisão sem ouvir a parte contrária, devendo ser justificada e fundamentada essa medida excepcional.

LEGISLAÇÃO

Antônio Pequeno

Em relação aos crimes de abuso de autoridade, julgue os itens 111 a 112

111. A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

112. A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

113. Julgue o item abaixo

O crime de desobediência é uma infração penal de menor potencial ofensivo

114. Julgue o item abaixo:

Os crimes previstos na Lei Nº 7716/1989 só podem ser praticados a título de dolo e, além disso, exigem um especial fim de agir que é envolver elementos de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

115. De acordo com o que dispõem a Lei n.º 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), julgue o item seguinte.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

116. Com base na Lei n.º 9099/1995 (crimes de menor potencial ofensivo) julgue o item a seguir.

Não se admitirá a proposta se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva

117. Julgue o seguinte item com base no Estatuto da inclusão da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015)

É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Julguem os itens de 118 a 120 com base na Resolução nº 344/2020 e suas alterações, do Conselho Nacional de Justiça - regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

118. Havendo a prática de infração penal nas dependências físicas do tribunal envolvendo pessoa sujeita à sua jurisdição, o presidente poderá, sem prejuízo da requisição da instauração de inquérito policial, instaurar procedimento apuratório preliminar, ou delegar tal função a outra autoridade competente

119. Havendo flagrante delito nas dependências dos tribunais, o presidente, os magistrados e os agentes e inspetores da polícia judicial darão voz de prisão ao autor do fato, mantendo-o sob custódia até a entrega à autoridade policial competente para as providências legais subsequentes

120. Dentre as atribuições dos agentes e inspetores da polícia judicial, assegurado o poder de polícia, está zelar pela segurança dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos ministros dos Tribunais Superiores e dos membros dos Conselhos, em todo o território nacional e no exterior, quando autorizados pelos respectivos presidentes, e dos presidentes dos tribunais na sua área de jurisdição;

Discursiva

Racismo ambiental é um termo usado para descrever situações de injustiça social no meio ambiental em contexto racializado, ou seja, que envolvam minorias étnicas, como as populações indígenas, negras e asiáticas. Situações de injustiça ambiental podem incluir a inacessibilidade a recursos naturais (como ar limpo, água potável e outros benefícios ecológicos), a exclusão da tomada de decisão sobre territórios tradicionais e recursos naturais locais, e também o sofrimento das mazelas das degradações ambientais, como inundações, queimadas, poluição e contaminação pela extração de recursos naturais e industriais, exposição a resíduos tóxicos, ausência de saneamento básico, situação precária de moradia. Normalmente, quando referido dentro de um contexto internacional, o racismo ambiental descreve as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global).

Internet: <pt.wikipedia.org> (com adaptações).

Considerando o caráter meramente informativo do texto acima, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **COMUNIDADES PERIFÉRICAS NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS E RACISMO AMBIENTAL.**

Em seu texto,

1. apresente um exemplo de injustiça ambiental sofrida por essas comunidades, discutindo sua relação com a desigualdade social;
2. discorra sobre formas de garantir maior justiça ambiental a essas comunidades;
3. discorra sobre o racismo ambiental nesses contextos e sua relação com “as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global)”.

Extensão até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>